



Em dezembro de 2003 aconteceu em Brasília a 12ª Conferência Nacional de Saúde/CNS. A participação de ativistas negras e negros foi intensa. Em todos os espaços e grupos de trabalho nossa atuação mereceu destaque. A saúde da população negra foi inserida definitivamente na agenda das políticas públicas de saúde.

Certas de que nem todos - entre estes alguns profissionais de saúde e políticos - reconhecem a especificidade da saúde desta população, fomos surpreendidas com a indagação: *"prá que tanta raça? em tudo vocês querem colocar gênero e raça..."*. Esta indagação vinda de profissionais da saúde nos instigou a responder e escrever este número de Toques.

Muita raça para exercer o controle social sobre as políticas públicas de saúde

São inúmeras as estratégias possíveis para acompanhar, intervir, monitorar as políticas públicas. Muitos são os espaços: articulações, como a Articulação de Organizações de Mulheres Negras; associações, fóruns, redes, como a



Foto: Uwe Ommert

"PRÁ QUE TANTA RAÇA?"

Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos e a Rede Religiões Afro-brasileiras e Saúde; comissões; comitês, como os Comitês de Estudos e Prevenção da Mortalidade Materna e conselhos, como os Conselhos de Saúde.

Os Conselhos de Saúde (Nacional, Estaduais e Municipais) foram criados para identificar, fiscalizar, propor e cobrar soluções para os problemas que a população identificar no atendimento à saúde. Neles, tanto usuários (a população em geral) quanto trabalhadores da saúde e gestores têm direito a participar de forma paritária. Você sabe o que é o Conselho de Saúde, você conhece o Conselho da sua cidade ou de seu estado?

O Conselho de Saúde é um órgão permanente de fiscalização do SUS, previsto na Constituição e nas Leis Orgânicas de Saúde 8.080/90 e 8.142/90. Atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros. O Conselho é composto por representantes dos usuários, dos trabalhadores de saúde, do governo e dos prestadores de serviço, e sua existência no município, no estado e na União é exigência legal para que os recursos financeiros sejam repassados aos seus respectivos órgãos de saúde. (Guia do Conselheiro. Ministério da Saúde. 2002)

A saúde da população negra nas conferências nacionais de saúde:

A primeira conferência nacional de saúde - em outros moldes - data de 1941. Entre a primeira e a décima segunda (dezembro de 2003) muitas coisas aconteceram. O Brasil viveu, neste intervalo, 20 anos de ditadura militar e nos últimos anos o sistema de saúde foi sucateado, privatizado.

Saúde da população negra? Para muitos/as então esta questão nunca se colocou.

Hoje, o movimento pela saúde é um dos mais fortes e mais atuantes e o movimento de mulheres muito tem contribuído para mudanças significativas, principalmente no que diz respeito à democratização das informações e participação na intervenção por políticas públicas que levem em conta a especificidade feminina.

E a saúde da população negra?

A 12ª Conferência teve enquanto marco a participação articulada das mulheres e homens negros, em todos os espaços - plenária, Grupos de Trabalhos e relatórios - pontuando a especificidade das questões relativas à saúde da população afro-descendente.

4.000 participantes de todo o Brasil, negros ou não, tiveram a oportunidade de debater e deliberar sobre a saúde da população brasileira. Este foi o momento político para sinalizar a exigência de uma política de saúde que garanta o acesso sem preconceito, sem sexismo, sem racismo. Neste sentido, as organizações de mulheres negras e outras organizações anti-racistas contribuíram com o diagnóstico, a análise crítica das políticas vigentes de saúde da população afro-descendente, a formulação de propostas e a articulação para o controle social, dando o tom desta Conferência.

SAÚDE E RAÇA:

O RESPEITO À DIFERENÇA

Costuma-se dizer que a desigualdade sócio-econômica é exclusivamente uma questão de classe social e que tudo o que aflige a população pobre atinge igualmente a brancos e negros pobres. Costuma-se dizer que não existe racismo no atendimento à saúde da população na rede pública de saúde.

Mas nós sabemos que, para além dos resultados numéricos que mostram a inexistência de uma atenção igualitária à saúde da população, existem as manifestações racistas, em diversos níveis da atenção à saúde. E podem ser constatadas na diferença de tratamento que negros recebem em relação à brancos no sistema. Exemplos destas diferenças você já conhece: há mais serviços e profissionais nas regiões onde vivem os brancos e menos nas periferias; os serviços de saúde não desenvolvem programas voltados para os principais problemas enfrentados pelos negros (e o caso da anemia falciforme ressalta isto); maltratos que negros enfrentam por parte de profissionais de todas as especializações da saúde.

O fato de a mortalidade materna acontecer mais entre as mulheres negras, fruto do mal atendimento de profissionais, repercute dramaticamente nas famílias e nas comunidades. É muito grande o número de crianças negras órfãs de mães mortas no momento do parto ou em consequência de partos mal atendidos.

E há mais.

Que outros exemplos você conhece?

As necessidades de saúde de negras e negros devem ser priorizadas com uma política de saúde que respeite e dê conta das diferenças.

É urgente e essencial que se informe e registre a raça/cor de todos os clientes em todos os documentos do SUS, como cartão, prontuários médicos, fichas de investigação epidemiológica, fichas de notificação de doenças, inquéritos epidemiológicos e levantamentos nacionais de prevalência de doenças. Assim, poderemos visualizar melhor e medir as desigualdades. E mais, poderemos, de forma detalhada, desenhar novos caminhos para evitar que o racismo interfira e prejudique a saúde e a vida das pessoas.

Uwe Ommer

A Política Nacional de Saúde da População Negra: um sonho, uma proposta, um desafio

No ano de 2001, o processo que envolveu a realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, que aconteceu na África do Sul, provocou uma série de mobilizações, diagnósticos e propostas em todo o país. Os principais objetivos: 1• visibilizar a presença do racismo nas políticas públicas e seus efeitos perversos sobre a vida da população e 2• desenhar novas políticas que enfrentassem o racismo e oferecessem melhorias nas condições de vida de negras e negros no Brasil.



A partir daí, uma parceria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/PNUD, em um projeto coordenado por Luiza Bairos e a Organização Panamericana de Saúde/OPAS reuniu em Brasília um grupo de especialistas de saúde, todos negros, a maioria mulheres (médicas, enfermeiras, pós-graduadas e ativistas há anos) para debater, junto com representantes das diferentes agências das Nações Unidas no Brasil, aspectos necessários para uma política de saúde para nós. Os resultados destes debates seriam levados pela OPAS ao Ministério da Saúde, como contribuição para o enfrentamento das desigualdades raciais.

Assim nasceu o documento *Política Nacional de Saúde da População Negra: uma questão de equidade*.

No entanto, o Ministério da Saúde, nas mãos de José Serra e do Presidente Fernando Henrique Cardoso, deu pouquíssima atenção à proposta. O grupo de especialistas e ativistas, por outro lado, permaneceu mobilizado, mantendo um diálogo via internet, atuando em espaços onde a defesa da proposta fosse possível.

Agora, uma nova fase se delineia. A mudança de governo possibilitou a ampliação de espaços para as políticas de combate ao racismo. A criação da SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, foi uma resposta à mobilização de negros, negras e de não negros/as anti-racistas. Na SEPPIR, a contratação da Doutora Maria Inês Barbosa, Professora da Faculdade de Medicina do Mato Grosso e integrante do grupo que preparou a proposta de saúde da população negra, assinalou novas possibilidades.

Fora do governo, o Departamento de Desenvolvimento Internacional (DFID) do governo britânico, assumiu o papel antes liderado pelo PNUD e OPAS na mobilização de recursos para a viabilização das atividades requisitadas para a criação de uma nova política nacional. Para a coordenação deste projeto foi contratada a Doutora Fernanda Lopes, também integrante do grupo de especialistas e comprometida com a defesa da qualidade de vida de negros e negras no Brasil.

Novos passos foram dados e a elaboração da política pelo Ministério da Saúde está mais perto de se concretizar. Os passos dados recentemente foram:

- a. Criação de um grupo de pesquisa, formado por especialistas em saúde da população negra, para aprofundamento dos diagnósticos quanto ao estado atual de saúde de negros e negras brasileiros, com o apoio financeiro do DFID/Banco Mundial/FUNASA;
- b. Participação de um amplo contingente de especialistas e/ou ativistas na 12ª Conferência Nacional de Saúde (em dezembro de 2003) para a defesa de propostas que possibilitem a ação governamental neste campo;
- c. Negociação entre a SEPPIR e o Ministério da Saúde, para a abertura de canais de negociação;
- d. Início das negociações com o Ministério da Saúde, através da Subsecretaria de Planejamento, coordenada pelo Dr. Valcler Rangel;
- e. Preparação do Seminário Nacional de Saúde da População Negra, voltado para gestores e trabalhadores da saúde, bem como usuários/as negros/as ativistas e especialistas. Este Seminário vai subsidiar os conteúdos do Plano Nacional de Saúde, que será o documento referência para a ação do Ministério da Saúde nos próximos anos.

O trabalho, intenso, está apenas no começo. A mobilização de todos é necessária, pois cada um de nós, mulheres e homens negros, sabemos dos problemas e desafios que enfrentamos cotidianamente para manter a qualidade da nossa saúde ou para receber apoio e assistência quando temos problemas.

Para nós de Criola, que estamos envolvidas neste trabalho desde a sua fundação em 1992, é com profundo orgulho que fazemos parte desta nova etapa. A parceria entre nós e você tem sido um ingrediente importante para iluminar nossas idéias e ações. **Continue conosco. Axé!**

Correndo atrás de seu direito a saúde

Como você já sabe a saúde é um dos principais direitos garantidos na Constituição Federal. Mas, como você também já sabe, temos problemas para viver o direito na prática. Quem de nós não tem uma história pra contar sobre discriminação na saúde, longas filas de espera, falta de medicamento e de profissionais?

Direito não é privilégio, é conquista. Por isso temos que lutar para que o SUS funcione de verdade.

Temos várias formas para promover o controle social na área da saúde e uma delas é o DhESC Brasil: Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais. Trata-se de uma rede nacional de articulação de organizações da sociedade civil. **O Projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais**, apoiado pelas Nações Unidas, tem por objetivo contribuir para que o Brasil adote um padrão de respeito aos direitos, com base nos compromissos assumidos na Constituição Federal e em documentos internacionais assinados pelo país. O trabalho de fiscalização é feito através da nomeação de especialistas relacionados aos direitos específicos (educação, saúde, alimentação, moradia adequada, trabalho e meio ambiente). São os Relatores Nacionais em DhESC.



Carol Beckwith e Angela Fisher

Estes tem o poder de realizar missões (visitas in loco) para receber denúncias, investigar situações de violação aos direitos humanos e elaborar relatórios sobre a realidade encontrada e propor mudanças. O Projeto já tem um ano de funcionamento realizando missões em todo o país. Criola faz parte deste projeto, atuando como assistente da Relatoria do Direito Humano à Saúde.

E você pode participar! Envie a sua denúncia para a Relatoria do Direito Humano à Saúde, entrando em contato com CRIOLA, pessoalmente, em nossa sede, por carta, por telefone ou pela internet:

CRIOLA (a/c Lúcia Xavier)
Av. Presidente Vargas 482, sobreloja 203 • Centro
Cep 20071-000 • Rio de Janeiro • RJ
Tel/fax • (21) 2518-6194 e 2518-7964
Endereço eletrônico • saude@dhescbrasil.org.br
ou criola@alternex.com.br

NOTAS...

Sobre o Seminário Nacional de Saúde da População Negra

A realização deste Seminário, aprovado durante a 12ª CNS visa reunir usuários do sistema de saúde, funcionários e gestores e dirigentes, para elaborar uma proposta de política que atenda às necessidades da população negra.

Sua realização está prevista para o mês de abril - em data ainda a ser definida pelo Ministério da Saúde - e seus resultados deverão interar o Plano Nacional de Saúde.

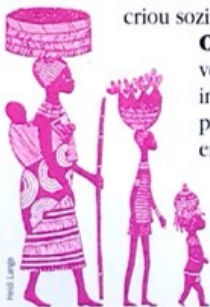
Para que a política de saúde no Brasil seja o que queremos e precisamos, precisamos de sua mobilização e participação. **Informe-se, debata, participe!!**

Sobre a morte de uma mulher negra sonhadora e lutadora

Maria Assunção Sales Paixão, Dona Maria ou simplesmente Maria, uma mulher negra que nasceu e morreu lutando.

Perdeu sua casa, morou na rua, criou sozinha seus 6 filhos.

Como toda mulher negra, venceu os obstáculos impostos pelo racismo e pela pobreza. Dona Maria morreu em fevereiro deste ano, mas nos deixou seu exemplo de profunda dignidade e fé na vida.



Sobre o Programa de Doença Falciforme da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro

A Secretaria de Estado de Saúde, do Rio de Janeiro, através do Programa de Doença Falciforme, criado há quatro anos, capacitou 582 profissionais de diferentes áreas, realizou dois seminários, formou 20 equipes multidisciplinares municipais, produziu quatro manuais, implantou o teste do pézinho em todos os municípios do estado e inseriu a questão no PSF - Programa de Saúde da Família. Este trabalho é produto de um grande esforço uma vez que a Política de Doença Falciforme tem encontrado inúmeros desafios necessitando de definição e participação ativa do Ministério da Saúde. (Informações da Dra. Joice Aragão, Coordenadora do Programa de Doença Falciforme da SES/RJ)

EXPEDIENTE

- Tiragem: 5.000 exemplares.
- Edição e Redação: Solange Dacach, Jucena Werneck e Lúcia Xavier
- Colaboração: Dra. Joice Aragão - Projeto Gráfico: Luciana Costa Leite
- Este Boletim foi financiado por: Public Welfare Foundation e AJWS - American Jewish World Service

NUCLEO DE ESTUDOS DE GENERO
DEPT CIENCIAS SOCIAIS - INST SANTA CATARINA
FLORIANOPOLIS

88040-900

RJ

BRASIL



CRIOLA

Av. Presidente Vargas, 482, sl. 203 • Centro • Rio de Janeiro
Brasil • CEP 20071-000 • Telefax. (21) 2518-6194 • 2518-7964
Endereço Eletrônico: criola@alternex.com.br
Página: www.criola.org.org